



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA CÂMPUS CHAPECÓ

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DO IFSC
CÂMPUS CHAPECÓ
CHAPECÓ-SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2024.**

No dia seis de novembro de dois mil e vinte e quatro, às nove horas da manhã, de forma online através do link: <https://conferenciaweb.rnp.br/sala/sandra-aparecida-antonini-agne>, reuniram-se a Diretora Geral, Sandra Aparecida Antonini Agne e demais servidores e alunos desta instituição. A reunião teve uma única pauta: **1. Apreciação da proposta de POCV 2025-2029 do IFSC Câmpus Chapecó.** A Assembleia foi conduzida em conformidade com a Resolução nº 11/2019 – Regulamento da Assembleia Geral do Câmpus Chapecó. A mesa coordenadora foi composta pela Presidente e Diretora-Geral, Sandra Antonini Agne; pela professora Ilca Maria Ferrari; pela servidora técnico-administrativa Tatieli Lui Meneghini; e pelo estudante Lucas Santoro Rodrigues. A reunião teve início às 9h15, considerando o quórum presente. A diretora-geral Sandra Agne apresentou a mesa e explicou a dinâmica do encontro, passando a palavra ao professor Giovani Ropelato. Este destacou que, com alteração no número de servidores técnico-administrativos (TAEs), considerando 10% da tipologia atual, haveria a possibilidade de acréscimo de quatro TAEs e sete docentes, ressaltando que a criação de códigos depende de legislação específica. O professor Giovani lembrou que os câmpus dos Institutos Federais devem se organizar para ofertar 50% de cursos técnicos, 10% de oferta EJA e 20% de formação de formadores. Dentro desses percentuais, e considerando também a possibilidade de 13 novos códigos de docentes, estabeleceu-se o ponto de partida da POCV. Foi ressaltado que o documento é fundamental para o planejamento do câmpus, indicando onde se deseja chegar e reforçando o compromisso com a expansão da oferta. Esse planejamento também orienta as adequações na estrutura física, identificando demandas atuais e futuras de espaço, como ginásio, auditório e refeitório. Para a construção da POCV, foi necessário envolver um grupo de pessoas, iniciando-se o processo no câmpus em agosto, com consulta pública a servidores e estudantes. Os dados coletados foram categorizados e relacionados aos percentuais legais, considerando a possibilidade de 13 novos códigos de docentes. A proposta apresentada mantém os cursos integrados, três cursos subsequentes, dois cursos de graduação, cursos de pós-graduação e reestrutura dois FIC PROEJA: um em Eletromecânica e outro em Normas Regulamentadoras, com carga horária de 1.400 horas (sendo 200 horas de qualificação profissional). Inclui também a inserção do Mestrado em Ensino, já em fase de estruturação no



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA CÂMPUS CHAPECÓ

câmpus, enquadrado na categoria de formação de formadores. Consta ainda a proposta de implantação do curso técnico em Mecatrônica integrado ao Ensino Médio, verticalizado com o curso de Engenharia de Controle e Automação e, indiretamente, com Fabricação Mecânica. No último ano da POCV, previsto para 2029, pretende-se duplicar a oferta do curso de Desenvolvimento de Sistemas integrado, ressaltando que, para viabilizar a proposta, será necessária a contratação dos 13 novos docentes previstos. O professor Jacson Meires questionou sobre a viabilidade de manter a oferta do curso técnico em Desenvolvimento de Sistemas e, ao mesmo tempo, criar um curso tecnólogo na área, considerando a baixa disponibilidade atual de professores. Informou que essa análise já foi feita no âmbito dos cursos de graduação e que, para viabilizar a proposta, é necessário atender aos percentuais legais de composição docente. Com o quadro atual de professores da área de Informática, tal oferta não é possível, sendo necessária a contratação de mais três docentes da área. Acrescentou que, em 2029, no momento de revisão da POCV, caso o câmpus conte com 13 professores da área, a oferta poderá ser viável. O professor Bruno Silva questionou sobre as vagas para a área técnica de Fabricação e Automação, indagando se os professores da formação geral serão suficientes para suprir as opções de oferta. Comentou que os cursos PROEJA e FIC (200 horas) e as especializações são considerados cursos não regulares, e que, por esse motivo, uma especialização que não esteja vinculada à formação de formadores poderia ser retirada da POCV. As especializações atualmente listadas constam por estarem relacionadas diretamente à formação de formadores. A professora Ilca questionou se, conforme apresentado, os laboratórios atuais atendem às ofertas planejadas, mas indagou se a quantidade de salas de aula seria suficiente. Apontou ainda a necessidade de corrigir a carga horária docente informada na planilha, pois há professores em cargos de gestão que constam com carga horária integral. A servidora Eleandra e a professora Keli questionaram se não haveria disponibilidade de salas para a possível oferta do curso técnico em Mecatrônica em nenhum turno. O professor Giovani respondeu que, caso fossem realocados alguns laboratórios para salas de aula, ainda assim não se atingiria a quantidade de oito salas disponíveis em um único turno. Por fim, foi questionado como se deu a consulta à comunidade externa. O professor Giovani explicou que o câmpus mantém contato frequente com instituições e entidades como SIMEC, CREA, POLLEN, DAETEC e ACIC, que manifestam regularmente suas demandas. O professor Mateus sugeriu priorizar a oferta do FIC e deixar a do Integrado para outro período, considerando a necessidade de aguardar a chegada de novos professores e a disponibilidade de mais espaços físicos. Em resposta,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA CÂMPUS CHAPECÓ

o professor Giovani explicou que tal possibilidade existe, porém destacou que, à medida que novos docentes forem assumindo, serão iniciadas ofertas menores. Acrescentou que a POCV não é um documento definitivo e que sua execução pode ser ajustada conforme as condições estruturais e de pessoal. O professor Jacson Meires questionou sobre a previsão de aquisição de novos equipamentos, mencionando que, na POCV, há apontamentos referentes a laboratórios e salas de aula, mas não há clareza quanto ao prazo para a chegada desses materiais. Também sugeriu a criação de um formulário a ser enviado para empresas, com o objetivo de alinhar demandas. Em resposta, a diretora-geral Sandra Agne afirmou que, considerando que grande parte dos estudantes já se encontra empregada, o câmpus está alinhado às necessidades formativas, mas ressaltou que a instituição não pode se colocar a serviço exclusivo das empresas, devendo manter conexão com seu eixo formativo. Acrescentou que um formulário não traria respostas concretas sobre o que o câmpus pode ofertar. Quanto aos equipamentos, Sandra reconheceu a demanda, mas informou que o entrave é a indisponibilidade de recursos de investimento. Explicou que não basta constar no PAT sem que haja Documentos de Formalização de Demanda (DFDs), e que, para criá-los, é necessária a previsão orçamentária. Lembrou que, quando foram adquiridos notebooks para os professores, o processo era mais simples, pois, havendo recurso e ata de registro de preços, a aquisição era imediata; no entanto, com a nova legislação, isso já não é possível. O professor Alencar destacou que, em relação à meta de 20% para formação de formadores, em Chapecó há a justificativa de que existe a oferta da UFFS e da EJA, sendo este último o percentual menos atendido em todo o estado. Entretanto, ao analisar os percentuais legais, observou-se que, nas áreas de Artes, Educação Física e Fisioterapia, há apenas um professor em cada, ressaltando a importância de contratação nesses casos. Alencar ainda mencionou a relevância de retomar as ofertas de cursos nessa área. A diretora-geral Sandra Agne explicou que a POCV constitui um norte para o câmpus, sendo uma projeção para os próximos cinco anos, mas ressaltou que, para sua efetiva implementação, serão necessárias outras etapas complementares. Encerradas as manifestações, foi aberta enquete para votação individual, obtendo-se o seguinte resultado: Sim – 55 votos (80% dos presentes); Não – 4 votos (6%); e Abstenção – 10 votos (14%). E nada mais havendo a tratar, eu, Tatieli Lui Meneghini – Assessora da Direção do IFSC - Câmpus Chapecó, lavrei a presente ATA.